

# NEWSLETTER DIGESTO N.º 02/2018

Disponibilização: 29 de janeiro de 2018

Período abrangido: 12 a 26 de janeiro de 2018



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

## Índice Temático

1. Administração Local
2. Agricultura, Caça e Pescas
  - Agricultura, Agropecuária e Florestas
  - Pescas e Aquicultura
3. Ambiente
4. Atividade Parlamentar
5. Cidadãos com Necessidades Especiais
6. Cultura
7. Defesa e Forças Armadas
8. Educação
9. Energia
10. Finanças
  - Contribuições e Impostos
11. Justiça
12. Obras Públicas
13. Regiões Autónomas
  - Açores
  - Madeira
14. Saúde
15. Segurança Social
16. Trabalho
17. Transportes e Comunicações
  - Transportes
18. Turismo e Lazer

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

## 1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017, de 22 de janeiro](#)  
(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 59.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 60.º, da primeira parte do artigo 61.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º e do n.º 1 do artigo 64.º, todos do Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Lisboa, republicado pelo Aviso n.º 2926/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 4 de março de 2016 - normas essas respeitantes à Taxa Municipal de Proteção Civil.

## 2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E FLORESTAS

[Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, que estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.3, «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos» e da operação 8.1.4, «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», ambas inseridas na ação 8.1, «Silvicultura Sustentável» da Medida 8, «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Despacho n.º 674/2018, de 15 de janeiro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina o apoio em regime forfetário às ações prioritárias previstas no plano nacional de fogo controlado.

**Portaria n.º 17/2018, de 16 de janeiro**

**(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)**

Aprova o regime de taxas devidas pelos serviços relativos à produção, controlo, certificação e comercialização de batata-semente, destinados a assegurar a pureza varietal e sanitária da batata-semente, prestados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) em articulação com as direções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

**Despacho n.º 730-A/2018, de 16 de janeiro**

**(Ambiente - Gabinete do Ministro)**

Determina as receitas previstas para o Fundo Ambiental em 2018.

**Despacho Normativo n.º 3/2018, de 18 de janeiro**

**(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)**

Altera (quinta alteração) o Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, que estabeleceu os requisitos legais de gestão (RLG) e as normas mínimas para as boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA), no âmbito da condicionalidade, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 93.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 16/2015, de 25 de agosto, 1-B/2016, de 11 de fevereiro, que o republicou, 4/2016, de 9 de maio, e 15-B/2016, de 29 de dezembro.

**Portaria n.º 34/2018, de 24 de janeiro**

**(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)**

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 107/2015, que estabelece o regime de aplicação da operação n.º 3.2.2, «Pequenos investimentos na exploração agrícola», e da operação n.º 3.3.2, «Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas», do PDR 2020.

[Portaria n.º 35/2018, de 25 de janeiro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (sexta alteração) a Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, que aprova, em anexo, o Regulamento de aplicação dos regimes de pagamento base, pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente, pagamento para os jovens agricultores, pagamento específico para o algodão e regime da pequena agricultura.

[Despacho n.º 1009/2018, de 26 de janeiro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Aprova a tabela de preços da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural para o ano de 2018.

- **PESCAS E AQUICULTURA**

[Portaria n.º 15-D/2018, de 12 de janeiro](#)  
(Mar)

Estabelece as medidas de gestão para a raia curva (*Raja undulata*) para o ano de 2018 e as condições a observar relativamente à recolha de informação para a avaliação científica desta unidade populacional, na subzona 9 do Conselho Internacional de Exploração do Mar.

[Portaria n.º 16/2018, de 15 de janeiro](#)  
(Mar - Gabinete da Ministra)

Estabelece limitações à captura e descarga de biqueirão (*Engraulis encrasicolus*) na subzona 9 do Conselho Internacional de Exploração do Mar com o objetivo de gerir a quota disponível de biqueirão em 2018.

[Portaria n.º 28/2018, de 22 de janeiro](#)  
(Mar - Gabinete da Ministra)

Estabelece, para o ano de 2018, um regime excecional para a captura de espécies acessórias nas pescarias de cerco, relativamente ao previsto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Pesca por Arte de Cerco.

### 3. AMBIENTE

[Aviso n.º 7/2018, de 17 de janeiro](#)

(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral de Política Externa)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação da Convenção Internacional para o Controlo e Gestão das Águas de Lastro e Sedimentos dos Navios, 2004.

[Aviso n.º 9/2018, de 17 de janeiro](#)

(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral de Política Externa)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação da Emenda de Doa ao Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, adotada em Doa, em 8 de dezembro de 2012.

[Portaria n.º 20/2018, de 17 de janeiro](#)

(Ambiente - Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente)

Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) ao material de borracha derivado de pneus usados.

[Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos)

Revê o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

#### 4. ATIVIDADE PARLAMENTAR

[Regimento da Assembleia da República n.º 1/2018, de 22 de janeiro](#)  
(Assembleia da República)

Altera (terceira alteração) o Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo.

#### 5. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro](#)  
(Adjunto)

Regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

#### 6. CULTURA

[Despacho n.º 766/2018, de 18 de janeiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros, Negócios Estrangeiros, Cultura e Economia - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, dos Secretários de Estado da Internacionalização e da Cultura e da Secretária de Estado do Turismo)

Determina a criação do Grupo de Trabalho interministerial para desenvolver e implementar a medida «PIC Portugal - Filmar em Portugal».



## 7. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

### [Deliberação n.º 61/2018, de 15 de janeiro](#)

(Presidência da República - Gabinete do Presidente)

Aprova o novo Regimento do Conselho Superior de Defesa Nacional.

### [Despacho n.º 771/2018, de 18 de janeiro](#)

(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Comunica a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Munições guiadas de precisão - Precision Guided Munitions (PGM), Memorandum of Understanding (MOU).

## 8. EDUCAÇÃO

### [Portaria n.º 29/2018, de 23 de janeiro](#)

(Finanças e Educação)

Define as regras relativas ao preenchimento das vagas para progressão ao 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

### [Portaria n.º 31/2018, de 23 de janeiro](#)

(Educação)

Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar 2017-2018.

## 9. ENERGIA

[Portaria n.º 32/2018, de 23 de janeiro](#)  
(Economia)

Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável.

## 10. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Portaria n.º 33/2018, de 24 de janeiro](#)  
(Finanças)

Altera a Portaria n.º 1295/2007, de 1 de outubro, que aprovou o modelo e as especificações técnicas da estampilha especial para os produtos de tabaco manufaturado sujeitos a imposto sobre o tabaco e destinados a ser introduzidos no consumo no território nacional, no que respeita ao prazo de comercialização e venda ao público de maços de cigarros que tenham aposta a estampilha especial em vigor para um determinado ano económico.

[Despacho n.º 984/2018, de 26 de janeiro](#)  
(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Aprova as alterações da declaração periódica de rendimentos Modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento.

## 11. JUSTIÇA

### [Acórdão \(extrato\) n.º 786/2017, de 16 de janeiro](#) (Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes da alínea b) do n.º 1 e dos n.ºs 3 e 4 - quanto a este último, no segmento em que remete para aquelas normas - do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na redação dada pelo artigo 6.º da Lei n.º 11/2014, de 6 de março (Regime Jurídico dos Acidentes em Serviço e das Doenças Profissionais no Âmbito da Administração Pública).

### [Acórdão \(extrato\) n.º 826/2017, de 16 de janeiro](#) (Tribunal Constitucional)

Defere o pedido de inscrição, no registo próprio existente no Tribunal, do partido político com a denominação «Iniciativa Liberal», a sigla «IL» e o símbolo que consta do processo.

### [Aviso n.º 878/2018, de 17 de janeiro](#) (Justiça - Polícia Judiciária)

Aprova o Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Judiciária.

### [Despacho n.º 815/2018, de 19 de janeiro](#) (Justiça - Gabinete da Secretária de Estado da Justiça)

Estabelece a composição do Conselho do Notariado.

### [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017, de 22 de janeiro](#) (Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 59.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 60.º, da primeira parte do artigo 61.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º e do n.º 1 do artigo 64.º, todos do Regulamento Geral de

Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Lisboa, republicado pelo Aviso n.º 2926/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 4 de março de 2016 - normas essas respeitantes à Taxa Municipal de Proteção Civil.

[Acórdão \(extrato\) n.º 750/2017, de 22 de janeiro](#)  
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação normativa, extraída do n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação conferida pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, no sentido de que a exclusão da dedução dos encargos financeiros para determinação do lucro tributável das Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) se circunscreve aos suportados com obtenção de financiamento diretamente relacionados com a aquisição de partes de capital.

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2018, de 24 de janeiro](#)  
(Supremo Tribunal Administrativo)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: As ações instauradas ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 49/2004, de 24 de agosto, relativas à fiscalização de situações de procuradoria ilícita, são da competência dos tribunais administrativos.

[Acórdão \(extrato\) n.º 803/2017, de 26 de janeiro](#)  
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma constante do artigo 18.º, n.º 2, da Portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto, na redação conferida pela Portaria n.º 46/2015, de 23 de fevereiro, conjugada com a tabela anexa I, no sentido de que o montante dos honorários notariais devidos em processo de inventário de valor superior a EUR 275 000, sofre acréscimo de 3 unidades de conta por cada EUR 25 000 ou fração, sem limite máximo, não permitindo que os mesmos sejam fixados de acordo com a complexidade e tempo gasto.

## 12. OBRAS PÚBLICAS

[Portaria n.º 19/2018, de 17 de janeiro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão)

Altera (quarta alteração) o Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, adotado pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março.

## 13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Despacho n.º 731/2018, de 17 de janeiro](#)

(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o ano de 2018.

- MADEIRA

[Parecer n.º 3/2018, de 19 de janeiro](#)

(Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira)

Publica o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2016.

## 14. SAÚDE

[Portaria n.º 36/2018, de 26 de janeiro](#)  
(Saúde)

Determina que as medidas de tratamento de doentes com ictiose beneficiam de um regime excecional de comparticipação.

## 15. SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 21/2018, de 18 de janeiro](#)  
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

[Portaria n.º 22/2018, de 18 de janeiro](#)  
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2018.

[Portaria n.º 23/2018, de 18 de janeiro](#)  
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2018.

[Portaria n.º 24/2018, de 18 de janeiro](#)  
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera o Regulamento de Gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

[Portaria n.º 25/2018, de 18 de janeiro](#)  
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2019.

## 16. TRABALHO

[Aviso n.º 8/2018, de 17 de janeiro](#)  
(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral de Política Externa)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação da Convenção n.º 187 sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em 15 de junho de 2006.

[Despacho n.º 745/2018, de 17 de janeiro](#)  
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego)

Estabelece a lista de setores de emprego com atividade sazonal.

## 17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- Transportes

[Aviso n.º 10/2018, de 19 de janeiro](#)  
(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral de Política Externa)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo que altera a Convenção Referente às Infrações e a Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves, assinado em Montreal, em 4 de abril de 2014.

[Aviso n.º 11/2018, de 19 de janeiro](#)

(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral de Política Externa)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação da Convenção Internacional de Nairobi sobre a Remoção de Destroços, 2007.

[Aviso n.º 12/2018, de 19 de janeiro](#)

(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral de Política Externa)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação do Protocolo de 1996 de Emenda à Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos de 1976.

## 18. TURISMO E LAZER

[Despacho n.º 909/2018, de 24 de janeiro](#)

(Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia - Gabinetes do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado do Turismo)

Cria uma Comissão de Acompanhamento de execução do Programa INATEL 55+.pt, à qual compete acompanhar e avaliar a execução do Programa e promover a sua divulgação.



**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[Digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:Digesto@jurisapp.gov.pt)

Muito obrigado pela sua sugestão